

A Luta dos Movimentos Sociais do Campo e as demandas por Educação.

Mirian Rosa¹

Prof^a Dr^a Maria Cristina dos Santos Bezerra²

Resumo.

Desde meados dos anos noventa do século passado, tem sido despertada a atenção para a questão da educação das populações que vivem e retiram sua sobrevivência do campo. Historicamente a educação dessa população foi relegada a segundo plano nas políticas educacionais, situação que começa a se alterar a partir das pressões exercidas por esses sujeitos sociais organizados. Este artigo tem como objetivo destacar as demandas dos movimentos sociais para efetivação de políticas educacionais para as áreas de assentamentos rurais da Reforma Agrária, tendo como destaque a Organização de Mulheres e Assentadas e Quilombolas do Estado de São Paulo. Procuramos mostrar que a luta desses movimentos não é só por terra, mas também por educação em todos os níveis, incluindo o ensino superior, recentemente conquistado com o curso de Pedagogia da Terra.

Palavra Chave: Movimentos Sociais, Educação do Campo,

Histórico dos Movimentos Sociais.

Os movimentos sociais caracterizam-se como espaço coletivo, em que se organizam para reivindicar e efetivar seus interesses. Bezerra Neto (1999) analisa que enquanto espaços de socialização política, os movimentos permitem aos trabalhadores o aprendizado prático de como unir, organizar, negociar e lutar e partem em direção à formação da identidade social, a consciência de seus interesses, direitos e reivindicações, apreensão crítica do seu mundo, de suas práticas e representações sociais e culturais.

Neste texto vamos discutir o contexto da emergência dos movimentos sociais e os do campo em específico e sua luta por educação, travada no interior do processo de discussão do projeto de sociedade diferente da que aí está e que, para ser distinta do que é, necessita que seus povos tenham acesso ao conhecimento historicamente sistematizado.

Para Chaves (2011), os movimentos sociais participam dos acontecimentos da própria história, influenciando-os e sendo influenciado por tais acontecimentos, dito de outra forma, os movimentos sociais determinam e são determinados pelos acontecimentos históricos.

¹ Discente do Curso de Pedagogia da Terra, na Universidade Federal de São Carlos, assentada no assentamento de Ibitiúva, no distrito de Ibitiúva e militante da Organização de Mulheres e Assentadas do Estado de São Paulo.

¹

² Doutora em Educação – Professora na Universidade Federal de São Carlos -UFSCAR.

²

Portanto, para compreendê-los se faz importante analisá-los em sua historicidade para não deixar escapar elementos que colaboram na sua reconstituição. Sendo assim, será realizado um retorno ao longo da história para resgatar as origens da organização dos movimentos sociais no Brasil.

Para Carvalho (2003) as décadas de 1970 e 80 expressaram transformações que assinalavam a perda da sustentação do sistema político autoritário e a enorme distância entre o mecanismo político instituído e a sociedade. A referida autora comenta que esse sistema político-econômico começou a entrar em crise, a partir dos anos 70, agravando-se no início da década de 80, caracterizando-se rapidamente por uma crise entre os setores produtivos e pela organização da classe trabalhadora. A autora ressalta que o desemprego em massa, motivado por questão de ordem recessiva, colocou em questão não só a própria viabilidade do modelo de desenvolvimento industrial capitalista, desnudando seu caráter concentrador de renda, mas também a gestão autoritária do Estado, a partir de uma tecnocracia que julgava onisciente por ser detentora do conhecimento tecnológico, fundamentado num desenvolvimento concentrador e excludente.

Segundo Carvalho (2003) a emergência de diferentes movimentos sociais, explica de que forma a sociedade de uma situação de atomização provocada pela repressão promovida pelos militares passou pela intensa mobilização social, que surgia em várias frentes.

Para Gohn (1998), a evidência dessa relação está nas primeiras greves públicas no ABC paulista em 1978, ressurgindo uma nova organização do movimento operário, no movimento pela Anistia, e no surgimento de movimentos populares urbanos, lutando por equipamento, serviços e bens coletivos.

Carvalho (2003) ressalta que nos anos 80 com o agravamento da crise econômica, a inflação e a dívida externa que repercutiu diretamente nos serviços públicos detonou um grande processo de luta pela redemocratização do país com diferentes movimentos como “Diretas já”, autonomia sindical, criação de partidos políticos de oposição movimento contra a censura.

Gohn (1999) destaca o papel decisivo destes movimentos no processo de elaboração da Carta Constitucional Brasileira, na década de 80. Já durante o processo da elaboração da Constituição da Nova República, a sociedade mostrava-se consciente da participação efetiva na conquista da cidadania, representantes de diversos movimentos (mulheres, índios, negros, homossexuais, ecológicos, crianças, além da classe operária), se fizeram presentes com proposições sobre o direito à diversidade, a identidade local e regional, à noção de liberdade, à livre organização e a cidadania plena.

Nesta perspectiva Poli (1999), destaca que estes movimentos caracterizam-se pela redefinição da cidadania, vista de forma mais ampla na luta por direitos políticos, econômicos e sociais, apontando para uma nova concepção política e cultural, a partir da intervenção direta dos interessados.

Segundo Carvalho (2003), o primeiro movimento a perder influência foi a igreja católica com suas Comunidades Eclesiais de Bases. A segunda foi a esquerda, desarticulada por derrotas políticas, surgiu em busca de nova integração com os trabalhadores. E o terceiro, a estrutura sindical, esvaziada por falta de função, surgiu com o novo sindicalismo. A primeira, explica a autora, tem a matriz discursiva da Teologia da Libertação, a segunda, embora com a crise de grupos que a sustentavam, traz um corpo teórico consistentemente elaborado a respeito dos temas da exploração e da luta e a terceira matriz sindicalista extraia sua força do lugar em que se situava.

Poli (1999) ressalta que a novidade destes movimentos está no significado que os mesmos assumiram no momento de seu aparecimento, significados que trazem uma ruptura com a cultura da individualização, provocada, sobretudo pela crescente industrialização, ruptura do modelo estatal e ruptura do modelo de desenvolvimento. É neste contexto que os problemas se avolumam revelando um decréscimo gradativo da qualidade de vida.

Neste contexto Carvalho (2003) salienta o surgimento de diversos movimentos sociais urbanos, reivindicando ampliação dos serviços sociais e a mudança da gestão pública. Denunciam as contradições da sociedade capitalista em seus diversos níveis de relações, apontam para a incompatibilidade das formas de organização do poder político (autoritário e tecnocrático) em uma sociedade mais complexa e em intenso processo de transformação social.

A autora ressalta que este movimento cultural mais amplo presente na sociedade brasileira e mundial foi que provocou o surgimento do que se convencionou chamar de “novos movimentos sociais”.

Gohn (1999) e Poli (1999) destacam que estes movimentos deram um salto qualitativo na história da participação política da sociedade civil organizada, representando diversos segmentos sociais, portadores de uma nova compreensão da política, da sociedade, da cultura e da vida.

Segundo Carvalho (2003), na área rural o processo de institucionalização e organização camponesa já vinha acontecendo desde os anos 1940. Para Poli (1999) neste período se deu um importante processo de mobilização e de resistência organizada, principalmente no Nordeste e Sul, efetivados pelas Ligas Camponesas e Sindicatos Rurais,

fundamentados por matrizes ideológicas do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) até os anos 60.

Carvalho (2003) ressalta que durante a fase repressiva da ditadura militar (1964-1976) a influência maior foi da igreja católica, impulsionada pelo Movimento de Educação de Base (1961) criado pelo Governo Federal e pela Conferência Episcopal Latino- Americano de Medellín em 1968.

Ainda segundo a mesma autora a CNBB investiu na criação das Comunidades de Bases (CEBs) que se difundiram rapidamente, tanto na área rural como na periferia das cidades como principal espaço de tomada de consciência de organização e apoio da luta contra a ditadura, pelas denúncias contra a expropriação, exploração e as violações dos direitos humanos, pelo apoio a setores sociais oprimidos - operários e camponeses.

Para Carvalho (2003).

O golpe militar não só trouxe a “modernização conservadora” para o campo, como violência, militarização, expansão dos conflitos e êxodo rural. Trouxe também sua contradição: a luta por condições de vida e a necessidade de alfabetizar os trabalhadores do campo. Neste embate histórico, cresce o Movimento de Educação de Base, cresce a consciência política dos trabalhadores organizada em torno de matrizes teóricas libertadoras. Constituíram equipes de educação popular para alfabetização, segundo método Paulo Freire. Esses núcleos educacionais serviram principalmente para formação de coletividades auto-organizadas. (CARVALHO, 2003, pg. 25).

Ainda segundo a autora acima mencionada, este processo foi intensificado nas décadas de 70 e 80, frente a proposta dos militares de integração da agricultura camponesa ao capital industrial. A conhecida “modernização conservadora” levou para o campo uma base tecnológica poupadora de mão de obra, com o uso intensivo de defensivos agrícolas, mudanças nos padrões de produtividade, descapitalização das unidades produtivas e o aumento da concentração fundiária, resultando em maior expropriação do homem do campo.

Foi neste contexto de lutas camponesas contra o latifúndio e contra a política de modernização do campo, que surgiu em 1984, um dos mais importantes movimentos sociais populares organizados no Brasil, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra- MST. Este movimento alia em sua história a luta pela terra acompanhada pela luta pela educação.

Movimentos Sociais na luta pela Educação do Campo

Os Movimentos Sociais tem construído um novo modelo de educação. Para Chaves (2011) Não se trata de qualquer educação, lutam por uma educação que sirva a seus interesses de

classe trabalhadora. Nesse sentido exigem uma educação que leve em consideração o trabalho no campo e que possibilite o desenvolvimento do território em que vive.

O desafio posto pelos movimentos sociais do campo tem sido pensar em uma educação do e no campo, em uma escola do e no campo, que visualize as mudanças sociais e consiga acompanhá-las, ao mesmo tempo em que possibilite a formação de seus agentes e as crianças, jovens e adultos, vinculando o saber universal às experiências de vida dos educandos, para que se tornem sujeitos participativos, dialógicos, humanizados e capazes de estabelecer os alicerces de uma nova ordem social.

Segundo Costa (2002) os movimentos sociais tomam para si os desafios de construir uma escola pública democrática e de qualidade. Os movimentos sociais que atuam estão preocupados com a educação e começaram dar início à reflexão de uma Escola Básica do Campo uma resposta ao modelo de escola única pretendida para a população do campo.

A Escola Básica do Campo está em discussão pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra em conjunto com as instituições da sociedade civil. A proposta Pedagógica do MST foi uma das experiências colocadas em discussão. Além do mais a proposta ancorou a educação nos interesses dos trabalhadores assentados, marcando um distanciamento em relação a tentativa de homogeneização do pensamento e da ação educacional, próprios das atuais políticas públicas governamentais em âmbito nacional.

As primeiras experiências de luta dos movimentos sociais do campo “Por uma Educação do Campo” aconteceram em 1997. Segundo Arroyo (1999) este processo iniciou-se no final do I Encontro Nacional de Educadores e Educadoras da Reforma Agrária (I ENERA), promovido pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem- Terra (MST), em Brasília, em parceria com diversas entidades, como a Universidade de Brasília (UnB), O Fundo das Nações para a infância (Unicef), a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciências e Cultura (Unesco) e a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), e começaram a criar mecanismos para construir uma educação que atendesse às necessidades das famílias do campo, parcela da sociedade que historicamente, nunca teve prioridade nos projetos educacionais no Brasil.

Na I Conferência Nacional por uma Educação Básica no Campo em 1998, foi analisada a precariedade da educação no campo deixando claro sua importância. Como afirma Caldart (2004), “o campo é espaço de vida digna e é legítima a luta para as políticas públicas

específicas e por um projeto educativo próprio para seus sujeitos. Foram aprovadas nessa conferência as diretrizes operacionais para a educação básica nas escolas do campo”. (CALDART, 2004, p.1)

Aguilar (2009) ressalta que havia restado para a população do campo uma escola que reproduzia a educação da cidade, atendia poucos estudantes e, tentava compensar a falta de políticas públicas para o meio rural. As políticas para esse público historicamente foram tão relegadas que apenas a uma década passou-se a utilizar o conceito de Educação do Campo. Portanto, a educação do Campo é a expressão de práticas e lutas concretas, que brota de algo que já existia, assim como tudo na história. Entretanto é inaugurado algo novo, nunca antes havia se pensado numa educação do campo como expressão de práticas e lutas do povo camponês.

Arroyo (2004) relata que a necessidade de uma proposta de ensino diferenciada está pautada pelo fato de que as realidades do campo e da cidade são diferentes uma da outra, mas a educação que até hoje se realizou no campo e na cidade, mas para alunos provindos da zona rural, esteve pautada em valores, em realidades que não eram por eles totalmente partilhadas. Fato este observado principalmente pela exclusão ou pelo fracasso escolar destes alunos que quando inseridos na educação escolar, não viam nesta educação um significado real para a realidade em que viviam.

A proposta de educação do campo nega os moldes de escolas existentes até então, pois está fundamentada na idéia de que estas instituições não têm contribuído para a compreensão da realidade.

A educação do campo na concepção de Caldart (2004) nasceu a partir da contradição do sistema capitalista que causa o aumento da desigualdade social e da exclusão, ausência de políticas públicas que garantem o direito á educação e á escola para a população do campo. O movimento da Educação do Campo foi uma articulação política de organizações e entidades para denúncias e luta por políticas públicas de educação no e do campo e para a mobilização popular em torno de um projeto de educação no e do campo e para a mobilização popular em torno de um projeto de desenvolvimento.

A Educação do Campo tem três matrizes prioritárias. Para Caldart (2004) a primeira delas é a tradição do pensamento socialista que traz a dimensão pedagógica do trabalho e da organização coletiva e a formação humana. A segunda referência é a Pedagogia do Oprimido

de Paulo Freire e a tradição decorrente das experiências da Educação Popular. E a terceira referência pedagógica para a Educação do campo é a Pedagogia do Movimento que dialoga com as anteriores, mas é produzida desde as experiências educativas dos próprios movimentos sociais, em especial os movimentos do campo.

Nesse sentido o objetivo dos movimentos que atuam no campo é construir uma educação do campo e não do meio rural, pois segundo Fernandes e Caldart (2004) a expressão campo tem por objetivo incluir no processo uma reflexão sobre o sentido atual do trabalho camponês e das lutas sociais e culturais que atualmente tentam garantir a sobrevivência deste trabalhador.

A luta dos movimentos sociais do campo nos dias atuais é priorizar a educação considerada como necessidade básica para os trabalhadores do campo, com a perspectiva de mudar a concepção de que o campo é lugar de atraso que serve apenas como produto de mercadoria servindo apenas para suprir o mercado econômico.

Arroyo(2004) destaca que:

O movimento social no campo representa uma nova consciência de direitos, à terra, ao trabalho, à igualdade, ao conhecimento, à cultura, à saúde e à educação. O conjunto de lutas e ações que os homens e mulheres do campo realizam, os riscos que assumem, mostram o quanto se reconhecem sujeitos de direitos (ARROYO, 2004, p.22).

Com este intuito os movimentos sociais do campo lutam por uma educação voltada para as necessidades humanas e sociais da população do campo, valorizando a cultura, seus saberes populares, preservação do meio ambiente, pois até então a educação oferecida para a população do campo era baseada nos modelos das instituições escolares existentes que são voltadas para o interesse do capital, já a educação proposta pelos movimentos sociais do campo que é a educação do campo, esta é criada e pensada com a população e para a população do campo.

Outra demanda dos movimentos sociais é a formação de educadores do campo. Carvalho (2003) ressalta que, o desafio de garantir o ensino de qualidade, passa pela valorização do profissional da educação, ou seja, investimentos por parte dos Estados e Municípios na formação básica dos profissionais que deverão atuar nos sistemas de ensino. Para a formação, os movimentos sociais, exigem dos Estados e Municípios cursos superiores para os educadores do meio rural, em parceria com instituições comprometidas com as escolas do campo.

Partindo deste pressuposto uma das conquistas dos movimentos sociais é o Curso Pedagogia da Terra, este curso é específico para favorecidos pela reforma agrária, cuja proposta é a formação em nível superior de educadores para atuarem nas escolas do campo. Tem como objetivo principal formar educadores com uma visão ampla de educação e de pedagogia, vinculada aos processos de formação do ser humano, permitindo aos educandos alargar também sua tarefa, seu horizonte, suas perguntas, intensificando e tornando ainda mais fascinante o desafio de sua formação.

A primeira turma de Pedagogia da Terra do Estado de São Paulo, nomeada Turma Helenira Rezende tem em sua formação educandos vinculados a quatro movimentos sociais: Federação da Agricultura Familiar (FAF), Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo (FERAESP), Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e a Organização de Mulheres Assentadas e Quilombolas do Estado de São Paulo (OMAQUESP) em parceria com: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) e Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR).

O referido curso iniciou-se em 2008 com 59 educandos, porém, ao longo de 4 anos ocorreram várias desistências por inúmeros motivos e, atualmente 45 educandos compõem a turma.

Consideramos que os movimentos sociais vêm desempenhando um papel fundamental na conquista da educação para população que vive e trabalha no campo.

Nesta conjuntura o Movimento Organização de Mulheres Assentadas e Quilombolas do Estado de São Paulo (OMAQUESP), apresenta como objetivo a melhoria na qualidade de vida nas áreas dos assentamentos em que atua, tendo como enfoque principal a educação, pois na concepção do movimento a educação é um direito fundamental de todo ser humano, direito este que poderá permitir a conquista de outros direitos ao favorecer a percepção crítica do mundo, ao mesmo tempo em que permite ao sujeito adquirir condições de participação, assumindo sua responsabilidade na construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Neste sentido, a Omaquesp busca ampliar o acesso à educação efetivando por meio de projetos desenvolvidos em parcerias, como também pela construção de escolas nas áreas de assentamentos de modo a atender as reais necessidades da população do campo.

Frente a essa realidade ao assumir os desafios na busca de uma educação de qualidade para população do campo, os movimentos sociais, passam a cumprir um papel que seria do Estado, assumem para si a responsabilidade da educação.

De acordo com Carvalho (2003) a educação básica do campo está sendo gestada por todos os movimentos sociais e pelos profissionais de educação no campo no confronto de projetos no enfrentamento de desafios e ações que podem vir a ser transformadas em políticas públicas de educação do campo. Isto porque os movimentos que lutam pelo acesso a educação no campo já aprenderam que os direitos se realizam e se conquistam no espaço público, no confronto.

Referências Bibliográficas

AGUILAR, Andréia Carolina Lopes de. **Educação no e do Campo: Muito mais que luta, uma nova Proposta Educacional**. Monografia. Universidade Federal de São Carlos-UFSCAR, 2009.

ARROYO, Miguel Gonzalez. Histórico: I Conferencia Nacional: Por uma Educação Básica do Campo: IN: KOLLING, Edgar Jorge; IRMÃO, Nery; MOLINA, Mônica Castagna (Orgs). **Por uma Educação Básica do Campo**. Coleção Por uma Educação do Campo, nº , 1999.

ARROYO, Miguel Gonzalez. A Educação Básica e o Movimento Social do Campo: IN CALDART, Roseli Saleti; MOLINA, Mônica Castagna (Orgs) **Por uma Educação do Campo**. Coleção Por uma Educação do Campo, nº 2. Petrópolis: Vozes, 2004.

CALDART, Roseli Saleti. Elementos para construção do Projeto Político e Pedagógico da Educação do Campo: IN MOLINA, Mônica Castagna; JESUS, Sonia Meire Santos Azevedo. **Contribuições para a Construção de um Projeto de Educação do Campo**. Coleção Por uma Educação do Campo, nº 5, 2004.

CALDART, Roseli Saleti. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. Ed. Expressão Popular, 4ª edição, 2004.

CARVALHO, Marize Souza. **Formação de Professores e Demandas dos Movimentos Sociais: A Universidade Necessária**. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal da Bahia Faculdade de Educação Programa de Pós- Graduação em Educação. Bahia, 2003.

CHAVES, Rodolfo de Jesus. **Contribuições dos Movimentos Sociais na Democratização do Acesso à Educação: A luta do MST em São Paulo pela escolarização**. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de São Carlos, 2011.

COSTA, Sidnei Alves. **Os Sem Terra e a Educação: um estudo da tentativa de implantação da Proposta Pedagógica do MST em escolas no Estado de São Paulo**. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de São Carlos, 2002.

FERNANDES, Bernado Mançano; CERIOLI, P. R. e CALDART, Roseli Saleti. Primeira Conferência Nacional “Por Uma Educação Básica do Campo”: texto preparatório. IN:

ARROYO, Miguel Gonzalez, CALDART, Roseli Saleti; MOLINA, Mônica Castagna. (Orgs). **Por uma educação do campo**. Petrópolis (RJ): Vozes, 2004.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos Sociais e Educação**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1999.

GOHN, Maria da Glória. **Os desafios da participação popular no meio rural brasileiro: Ação política e imagem neste final milênio**. IN: Cadernos do CRH, Salvador, n 28 p. jan/jun.1998.

BEZERRA NETO. Luiz. **Sem Terra Aprende e ensina: estudos sobre as práticas educativas do movimento dos trabalhadores**. Campinas: Autores Associados. 1999.

POLI. Odilon. **Leituras em Movimentos Sociais**. Chapecó: Grifos, 1999.